



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

RELATÓRIO

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA DO EXERCÍCIO DE 2022 (RAINT-2022)



SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - SECAU

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Edifício I - Antônio Fernando Pinheiro

Av. Álvares Cabral, 1805
Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG
CEP: 30170-001

Edifício II - Euclides Reis Aguiar

Av. Álvares Cabral, 1741
Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG
CEP: 30170-001

Desembargadora Federal **MÔNICA SIFUENTES**

Presidente

Equipe de Auditoria Interna da SECAU

Alexandre Márcio Dutra Rotheia
Antônio Fernando Alves da Gama Moraes
Cristiano Amaro
Daniel Silva de Oliveira
Karla Pereira de Lima
Maria Tereza Barcelos Martins
Marília do Sagrado Coração Aarão Rocha
Natália Areta de Almeida
Paulo César de Paula Orício (até 02/03/2023)
Sheila Melissa Ávila Teixeira (até 21/03/2023)
Simone Fialho Teixeira Abreu
Sônia Maria dos Santos Lopes

Luiz Guilherme Piva

Diretor da SECAU

SUMÁRIO

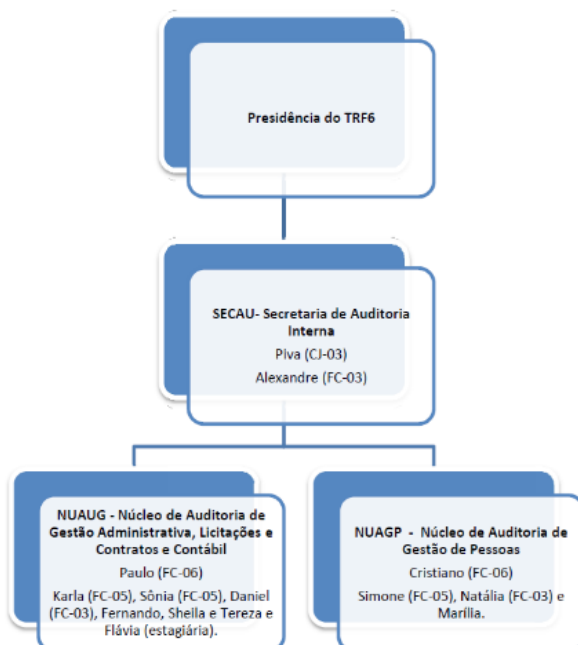
1. INTRODUÇÃO
2- DESEMPENHO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA EM RELAÇÃO AO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA (PAA 2022) 4
3. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS PELOS AUDITORES INTERNOS
4. DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DURANTE A ATIVIDADE DE AUDITORIA
5. AVALIAÇÃO QUANTO A OCORRÊNCIA OU NÃO DE RESTRIÇÃO AO ACESSO COMPLETO E LIVRE A TODO E QUALQUER DOCUMENTO, REGISTRO OU INFORMAÇÃO
6. PRINCIPAIS RISCOS E FRAGILIDADES DE CONTROLE DO ÓRGÃO, INCLUINDO RISCOS DE FRAUDE
7. AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL
8. CONCLUSÕES E EXPECTATIVAS

1 - INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Atividades da Unidade de Auditoria Interna tem como objetivo apresentar informações sobre as atividades, os trabalhos e os procedimentos de análise realizados durante o exercício de 2022, em cumprimento ao cronograma previsto no Plano Anual de Auditoria Interna – PAA de 2022 (PAe SEI 0042709-82.2021.4.01.8008) e ao disposto dos arts. 4º e 5º da [Resolução CNJ 308/2020](#) e dos arts. 103 e 104 da [Resolução CJF 677/2020](#).

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), com jurisdição em Minas Gerais, foi criado pela [lei 14.226, de 20 de outubro de 2021](#). A instalação oficial ocorreu no dia 19/08/2022, por meio da [Portaria CJF nº 386, de 11 julho de 2022](#), e a organização de sua estrutura inicial e a reestruturação das unidades da Seção Judiciária de Minas Gerais localizadas em Belo Horizonte foram regulamentadas pela [Resolução CJF nº 742/2021](#).

A Secretaria de Auditoria Interna - SECAU, administrativamente vinculada à Presidência do Tribunal, contava, em 2022, com a seguinte estrutura, conforme disposto na [Resolução CJF 742/2021](#), alterada pela [Resolução CJF 787/2022](#), e na Resolução Presi 6 (id. 0050805):



A Secretaria de Auditoria Interna – SECAU, em 2022, contava com 1 Diretor e 1 Assistente III. O Núcleo de Auditoria de Gestão Administrativa, Contábil e Patrimonial - NUAUG contava com 1 Diretor, 2 Assistentes V, 1 Assistente III, 2 Técnicos Judiciários, 1 Analista Judiciário e 1 Estagiária. e o Núcleo de Auditoria de Gestão de Pessoas - NUAGP contava com 1 Diretor, 1 Assistente V, 1 Assistente III e 1 Analista Judiciário.

Na elaboração do planejamento das atividades e na seleção de áreas, temas ou objetos, a Secretaria de Auditoria Interna considerou o planejamento estratégico, a estrutura de governança, o programa de integridade e o gerenciamento de riscos corporativos, os controles existentes, os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas da Justiça Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais e Subseções vinculadas.

Os trabalhos de auditoria objetivaram contribuir para o aprimoramento da governança corporativa, melhorar os controles internos, agregar valor à administração, aumentar a transparência, produzir melhorias na prestação de contas e induzir a gestão pública à atuação voltada para resultados.

No primeiro semestre do exercício de 2022, em vista do acúmulo de serviços decorrentes dos trabalhos necessários para as adaptações das instalações físicas e da estruturação do TRF6, houve a necessidade de adiar para exercícios seguintes um dos monitoramentos e uma das auditorias previstas no planejamento inicial, porque envolveriam as principais seções responsáveis pelos trabalhos de montagem do TRF6. O monitoramento foi previsto para ocorrer no ano de 2023 e a auditoria aguarda o momento oportuno para sua realização.

É oportuno destacar também que foram realizadas outras atividades além daquelas previstas no PAA 2022 - Plano Anual de Auditoria (14330081/SJMG).

Durante a execução das atividades de auditoria, foram avaliados os controles internos administrativos atinentes aos assuntos auditados, sob os aspectos da eficiência, eficácia, efetividade e economicidade da gestão, e o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais, conforme informações constantes do conteúdo deste relatório, buscando contribuir, dessa forma, para o alcance dos objetivos e metas institucionais.

Por fim, deve-se registrar que os planejamentos anuais e os trabalhos de auditoria e monitoramento são desenvolvidos em conformidade com a estratégia institucional e são submetidos à avaliação e à autorização da Presidência do TRF6 (até 18/08/2022, os trabalhos de auditoria eram submetidos à apreciação da Diretoria do Foro da SJMG).

2 - DESEMPENHO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA EM RELAÇÃO AO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA (PAA 2022)

A fim de verificar o cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna de 2022 (PAe SEI0042709-82.2021.4.01.8008), foi realizada uma avaliação comparativa entre as atividades programadas e as realizadas. Nesse cotejamento, verificou-se o cumprimento da maior parte das atividades constantes do cronograma, conforme ilustrado no quadro 1, elaborado com o objetivo de facilitar a demonstração da execução do planejamento anual.

Com a iminente instalação do TRF6, houve a necessidade de alterar duas das atividades constantes do PAA 2022, sendo que uma delas foi posteriormente incorporada no PAA 2023, e a outra aguarda o momento oportuno para a sua realização.

Quadro 1 - Demonstração da Execução do PAA de 2022

SEAUP - SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (até 18/08/2022). Com o advento do TRF6, a unidade passou a ser denominada NUAGP - NÚCLEO DE AUDITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS			
Item	Descrição das atividades	Situação	Justificativa
1	Auditoria nas Contas Anuais - Financeira Integrada com Conformidade - Exercício de 2021	Realizada. PAe SEI 0037167-83.2021.4.01.8008	-
2	Auditoria nas Contas Anuais - Financeira Integrada com Conformidade - Exercício de 2022	Realizada. PAe SEI 0019776-81.2022.4.01.8008	-
3	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna 2021	Realizada. PAe SEI 0008625-21.2022.4.01.8008	-
4	Realizar o Mapeamento de Competências dos auditores internos	Realizada. PAe SEI 0003650-39.2022.4.06.8000	-
5	Auditoria de Conformidade para avaliação da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso	Realizada. PAe SEI 0006166-46.2022.4.01.8008	-
6	Acompanhamento e análise dos indícios de irregularidades originados da crítica automática do sistema e-Pessoal do TCU, identificados nas folhas de pagamento a partir do cruzamento de bases de dados públicos com a utilização de algoritmos computacionais	Realizada. Conforme demonstrado no quadro 13 do Subitem 2.7.6 deste relatório	-
7	Verificação dos indícios de irregularidades apontados pelo TCU referentes à acumulação ilegal de Gratificação de Atividade Externa - GAE com a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI (quintos ou décimos decorrentes da função comissionada FC-5 que era paga indistintamente a todos os ocupantes do cargo efetivo de analista judiciário, especialidade oficial de justiça avaliador)	Realizada. Conforme demonstrado no quadro 13 do Subitem 2.7.6 deste relatório	-
8	Acompanhamento e avaliação dos procedimentos relativos ao cálculo do benefício especial a magistrados e servidores	Realizada. Conforme demonstrado no quadro 15 do subitem 2.7.8 deste relatório	-

9	Avaliação dos procedimentos referentes à Concessão de Aposentadorias pela média	Realizada. Conforme demonstrado no quadro 10 do subitem 2.7.4 deste relatório	-
10	Avaliação dos procedimentos referentes à Concessão de Pensões e emissão de parecer acerca da legalidade dos atos no sistema e-Pessoal	Realizada. Conforme demonstrado nos quadros 11 e 12 do subitem 2.7.5 deste relatório	-
11	Monitoramento da Auditoria de conformidade na folha de pagamento de pessoal para verificação de pagamentos determinados por decisões judiciais	Realizada. PAe SEI 0006364-54.2020.4.01.8008	-
12	Monitoramento da Auditoria de conformidade nos procedimentos de Requisição e Cessão de servidores	Realizada. PAe SEI 0015482-54.2020.4.01.8008	-
13	Participação da equipe do NUAGP em ações de capacitação	Realizada. Conforme demonstrado no capítulo 3 deste relatório	-
14	Planejar as Ações de 2023 - Elaboração do PAA para o exercício de 2023	Realizada. PAe SEI 0003406-13.2022.4.06.8000	-
15	Programa de Qualidade de Auditoria Interna da Justiça Federal - PQA-JF	Pesquisa registrada no PAe SEI 0001200-26.2022.4.06.8000 .	-
16	Acompanhamento das inovações normativas e legais, das decisões, acórdãos e orientações provenientes da Diref da SJMG, do TRF1, do TCU, do CNJ, do CJF e do Poder Legislativo	Realizada.	-

SEAUG - SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL E PATRIMONIAL (até 18/08/2022). Com o advento do TRF6, a unidade passou a ser denominada NUAUG - NÚCLEO DE AUDITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Item	Descrição	Situação	Justificativa
1	Auditoria nas Contas Anuais - Financeira Integrada com Conformidade - Exercício de 2021	Realizada. PAe SEI 0037167-83.2021.4.01.8008	-
2	Auditoria nas Contas Anuais - Financeira Integrada com Conformidade - Exercício de 2022	Realizada. PAe SEI 0019776-81.2022.4.01.8008	-
3	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna 2021	Realizada. PAe. 0008625-21.2022.4.01.8008	-
4	Realizar o Mapeamento de Competências dos auditores internos	Realizado. PAe 0003650-39.2022.4.06.8000	-
5	Continuação da Auditoria Contínua em processos licitatórios e de contratos selecionados, relativa ao exercício de 2021	Realizada. PAe 0037402-50.2021.4.01.8008	-
6	Acompanhamento do Portal da Transparência	Parcialmente realizada. PAe SEI 0050957-71.2020.4.01.8008 . Em 15/12/2022, foi autuado o PAe SEI 0004125-92.2022.4.06.8000 para as tratativas referentes ao Portal da Transparência do TRF6.	Foi realizada a conferência do Portal da Transparência referente ao 1º trimestre de 2022 (ids. 15346438/SJMG e 15346784) e ao 2º trimestre de 2022 (ids. 16078030/SJMG e 16078034/SJMG). Nos 2 últimos trimestres do ano de 2022, a conferência do Portal da Transparência ficou prejudicada por se encontrar todas as Secretarias, Núcleos e Seções em estruturação decorrente da recém inauguração do TRF6.
7	Auditoria Contínua em processos licitatórios e de contratos selecionados, relativa ao ano de 2022.	Realizada. PAe. 0012394-37.2022.4.01.8008	-

8	Monitoramento da Auditoria sobre Obras e Serviços de Engenharia	Adiada para 2023.	Tendo em vista o acúmulo de serviços decorrentes das obras necessárias para adaptação dos imóveis da SJMG para implantação do TRF6, cujos acompanhamentos seriam de responsabilidade da SEPOB/NUMES, a equipe de auditoria optou por realizar o Monitoramento da Auditoria Sobre Obras e Serviços de Engenharia no ano de 2023.
9	Auditoria de Conformidade sobre o Planejamento Estratégico	Adiada a pedido da Administração. PAe. 0012348-48.2022.4.01.8008	Tendo em vista a iminente instalação do TRF6 e todas as atividades que deveriam ser desenvolvidas pela área da Gestão Estratégica, inclusive a necessidade de implementação dos serviços até então realizados pelo TRF1 e, tendo em vista ainda, que o plano de trabalho da auditoria, previa a finalização da auditoria para o dia 05 de agosto/22, data que coincidiria com o período crítico de implantação do novo tribunal, foi solicitado pela área de Gestão Estratégica (id. 15683596/SJMG), e autorizado pela Diref (id. 15683767/SJMG), que a auditoria fosse adiada para depois do início das atividades do TRF6.
10	Rol de Responsáveis - Acompanhamento	Realizada. PAe. 0009922-63.2022.4.01.8008	O Rol de Responsáveis foi conferido nos 2 primeiros trimestres do ano de 2022 no processo informado. A conferência dos 2 últimos semestres ocorreu por meio de mensagens no aplicativo TEAMS, devido à instabilidade dos sistemas em decorrência da implantação do TRF6.
11	Participação da equipe da Seaug em ações de capacitação	Realizada. Conforme demonstrado no capítulo 3 deste relatório	-
12	Planejamento das ações de 2023 - Elaboração do PAA para o exercício de 2023	Realizada. PAe SEI: 0003406-13.2022.4.06.8000	-
13	Programa de Qualidade de Auditoria Interna da Justiça Federal - PQA-JF	Realizada. PAe's SEI: 0015949-62.2022.4.01.8008 , 0014320-53.2022.4.01.8008 , 0014036-45.2022.4.01.8008	-

14	Acompanhamento das inovações normativas e legais, das decisões, acórdãos e orientações provenientes da Diref da SJMG, do TRF1, do TCU, do CNJ, do CJF e do Poder Judiciário	Realizada.	-
----	---	-------------------	---

Além das atividades previstas no PAA 2022 (id.14330081/SJMG), foram realizados trabalhos complementares, conforme consta do quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Atividades complementares não elencadas no PAA 2022

Item	Descrição das atividades	Situação	Justificativa
1	Monitoramento da Auditoria Conjunta de Governança em Gestão de Pessoas Baseada em Riscos, coordenada pela Secretaria de Auditoria Interna do Conselho da Justiça Federal - SAI/CJF.	Realizada. PAe's SEI 0002351-27.2022.4.06.8000 ; 0015724-81.2018.4.01.8008 ; e Relatório (id. 0318436)	-
2	Monitoramento da Auditoria do CJF sobre Obras da SJMG	Em andamento. PAe's SEI 0027700-75.2019.4.01.8000 , 0014988-97.2017.4.01.8008 , 0005889-64.2021.4.01.8008 , e 0037164-31.2021.4.01.8008	-
3	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal - RGF 2º e 3º quadrimestres de 2022	Realizada. PAe's SEI 0000785-43.2022.4.06.8000 (2º quadrimestre) e 0000993-90.2023.4.06.8000 (3º quadrimestre)	-
4	Ajuda de Custo/Custeio de Transporte	Informações concluídas: 16062541, 16030992 e 15492438	-
5	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD	Subitem 2.7.13.	-
6	Processos de trabalho que foram transferidos da Secretaria de Auditoria Interna - SECAU do TRF1 para a SECAU do TRF6: - Análise dos atos de admissão e concessão de aposentadorias e pensões; - Análise de formalidade das pensões das seccionais; e - Resposta a diligências do TCU.	PAe SEI 0000506-57.2022.4.06.8000 e 0002366-93.2022.4.06.8000 referente ao cadastramento e gerenciamento de perfis do Conecta; Quadro 16 do subitem 2.7.9; e Envio dos atos de concessão de aposentadoria ao TCU por meio do e-Pessoal: 0001187-24.2022.4.06.8001 0001187-24.2022.4.06.8001	-

2.1 RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO DE AUDITORIA E AS AUDITORIAS EFETIVAMENTE REALIZADAS

2.1.1 - Auditoria nas Contas Anuais - Financeira Integrada com Conformidade - Exercício de 2021 (PAe SEI [0037167-83.2021.4.01.8008](#))

Continuação da Auditoria nas Contas Anuais de 2021, com o objetivo de expressar opinião, mediante emissão de certificado de auditoria, de que as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicáveis, que estão livres de distorções relevantes e que as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos, conforme estabelecido no § 4º, incisos I e II, c/c art. 13, da [Instrução Normativa 84/2020](#), de 22 de abril de 2020.

Trabalho concluído.

2.1.2 - Auditoria nas Contas Anuais - Financeira Integrada com Conformidade - Exercício de 2022 (PAe SEI [0019776-81.2022.4.01.8008](#))

Auditoria financeira integrada com conformidade nas contas relativas ao exercício de 2022 prestadas pelos responsáveis do Tribunal Regional Federal da 6ª Região - TRF6. É importante destacar que esta auditoria foi planejada em conjunto com a Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - SECAU/TRF1 e demais unidades de auditoria interna das Seções Judiciárias do TRF1, visto que a Seção Judiciária de Minas Gerais - SJMG, até a data de instalação do TRF6, integrava o TRF1. A efetiva instalação da Justiça Federal da 6ª Região ocorreu em 19/08/2022, por meio da [Portaria CJF nº 386, de 11 julho de 2022](#), que dispôs sobre a data de instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos termos do art. 1º, § 1º, da [Resolução CJF nº 742/2021](#).

Os objetivos da auditoria foram: obter segurança razoável para expressar conclusões sobre se as

demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do TRF6, incluindo as respectivas Notas Explicativas, estão livres de distorção relevante, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público e sobre se as operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

Trabalho concluído em março/2023.

2.1.3 - Auditoria de conformidade para a avaliação da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (PAe SEI 0006166-46.2022.4.01.8008)

Avaliação dos procedimentos de concessão e de pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso a servidores e magistrados na Seção Judiciária de Minas Gerais - SJMG.

Trabalho concluído.

Quadro 3 - Relação de documentos elaborados durante a realização da Auditoria de conformidade para a avaliação da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso

Documento	Tipo	Situação
15111074	Programa de Trabalho de Auditoria	Concluído
15123807	Matriz de Planejamento	Concluída
15226811	Comunicado de Auditoria	Concluído
15269438	Solicitação de Auditoria	Concluída
15542976	Ata	Concluída
15561766	Solicitação de Auditoria	Concluída
15951869	Relatório Preliminar de Auditoria	Concluído
15951850	Matriz de Achados Preliminares	Concluída
15973169	Encaminhamento	Concluído
15986676	Informação	Concluída
16211905	Relatório Final de Auditoria	Concluído
16346034	Encaminhamento	Concluído

2.1.4 - Auditoria Contínua em Processo Licitatórios e de Contratos Selecionados, relativa ao exercício de 2021 - continuação da auditoria iniciada em 2021 (PAe. 0037402-50.2021.4.01.8008)

Análise da regularidade das licitações e das contratações de serviços terceirizadas com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, licitados, ou/em vigor no ano de 2021, selecionados no âmbito da SJMG, com base na relevância, risco e materialidade, verificando-se o fiel cumprimento das normas em vigor, a regularidade dos procedimentos e dos pagamentos efetuados.

Para a realização dos testes substantivos de auditoria foram analisados os processos constantes do quadro 4 seguinte:

Quadro 4 - Processos licitados em 2021-Todas as fases analisadas

Nº	PAe. SEI	Objeto	Valor total da Contratação(mensal)	Modalidade Licitatória	Contrato	Interessados
01	0026574-29.2020.4.01.8008	Vigilância	R\$ 1.149.778,89	Pregão Eletrônico 11/2021	28/2021(id.13852937/SJMG)	Contratação centralizada - BH e Subseções
02	0045271-98.2020.4.01.8008	Assistente de Apoio- Seget	R\$ 30.979,00	Pregão Eletrônico 04/2021	04/2021(id.13376036/SJMG)	Seget - BH
03	0000361-49.2021.4.01.8008	Digitalização	R\$ 80.399,10	Pregão Eletrônico 03/2021	13/2021(id.12582354/SJMG)	BH
04	0048434-86.2020.4.01.8008	Conservação e limpeza	R\$ 75.000,00	Pregão Eletrônico 02/2021	12/2021(id.12533023/SJMG)	Uberlândia

05	0013237-75.2017.4.01.8008	Conservação e limpeza	R\$ 26.634,46	Pregão Eletrônico	61/2017(id. 4584751/SJMG)	Contagem
06	0009544-78.2020.4.01.8008	Conservação e limpeza	R\$ 18.548,39	Pregão Eletrônico	11/2021(id.12505711/SJMG)	Ipatinga
07	0013723-60.2017.4.01.8008	Conservação e limpeza	R\$ 18.417,62	Pregão Eletrônico	72/2017 (id. 4839728/SJMG)	Sete Lagoas

No decorrer dos trabalhos verificou-se a necessidade de análise de outros processos que não faziam parte da amostra prevista no Programa de Trabalho de Auditoria (id. 13850105/SJMG), PAe. 0037402-50.2021.4.01.8008. O quadro 5 abaixo demonstra os processos elencados na amostra e os processos adicionais correspondentes, necessários para finalizar as análises da auditoria.

Quadro 5 - Processos Analisados na Auditoria Contínua 2021

Nº	PAe. SEI	Valor total de pagamentos analisados	Modalidade Licitatória	Contrato	Localidade	Análise de Auditoria
01	0026574-29.2020.4.01.8008	R\$ 979.783,90(Analisada apenas a Licitação)	Pregão Eletrônico 11/21	28/21(id.13852937/SJMG)	Contratação Centralizada BH	id.14422065/SJMG
02	0045271-98.2020.4.01.8008 46561-17.2021.4.01.8008 0036006-38.2021.4.01.8008	R\$ 150.691,45	Pregão Eletrônico 01/21	04/21(id.13376036/SJMG)	Assistente de Apoio Seget - SJMG	id.14961642/SJMG
03	0000361-49.2021.4.01.8008 0009912-53.2021.4.01.8008	R\$ 590.685, 64	Pregão Eletrônico 03/21	13/21(id.12582354/SJMG)	Digitalização - SJMG	id.14466718/SJMG, id. 14962942/SJMG
04	0048434-86.2020.4.01.8008 0019511-16.2021.4.01.8008	R\$ 481.822,86	Pregão Eletrônico 02/21	12/21(id.12533023/SJMG)	Conservação e Limpeza Uberlândia	id.14705445/SJMG
05	0013237-75.2017.4.01.8008 0020700-29.2021.4.01.8008	R\$ 273.681,80	Pregão Eletrônico	61/17 (id. 4584751/SJMG)	Conservação e limpeza Contagem	id.15154021/SJMG
06	0009544-78.2020.4.01.8008 0020738-41.2021.4.01.8008	R\$ 158.720,22	Pregão Eletrônico	11/21(id.12505711/SJMG)	Conservação e limpeza Ipatinga	id.15206464/SJMG
07	0013723-60.2017.4.01.8008 0020878-75.2021.4.01.8008	R\$ 194.723,75	Pregão Eletrônico	72/17 (id. 4839728/SJMG)	Conservação e limpeza Sete Lagoas	id.15268729/SJMG
Total de valores analisados		R\$ 2.830.109,62				

2.1.5 - Auditoria Contínua em Processos Licitatórios e de Contratos Selecionados Relativa ao Exercício de 2022

Análise da regularidade das licitações realizadas em 2022 e da execução dos contratos de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em vigor no ano de 2022, selecionados no âmbito da SJMG, com base na relevância, risco e materialidade, verificando-se o fiel cumprimento das normas em vigor e a regularidade dos procedimentos e dos pagamentos efetuados.

Quadro 6 - Processos Analisados na Auditoria Contínua 2022

(PAe SEI 0012394-37.2022.4.01.8008)

Nº	PAe. SEI	Objeto	Valor total dos Pagamentos Analisados	Modalidade Licitatória	Contrato	Interessados	Análise de Auditoria
1	<u>0045412-83.2021.4.01.8008</u> (Licitação)	Limpeza de São João Del Rei-MG.	R\$ 9.168,36	Pregão Eletrônico 01/2022	015/2022 (id. 15293968/SJMG)	SJMG	id.0052419
2	<u>0047016-79.2021.4.01.8008</u> (Licitação)	Aquisição de Refrigeradores e frigobares para esta Seccional.	R\$ 83.718,61 (estimativa)	Pregão Eletrônico 03/2022	Revogado conforme Decisão SJMG-Diref 24 (15408134/SJMG)	SJMG	id.0052519
3	<u>0020785-20.2018.4.01.8008</u> (Execução)	Serviços de limpeza e conservação	R\$ 33.111,31	Pregão Eletrônico	19/2019 (id. 8085165/SJMG)	POUSO ALEGRE	id.0052558
4	<u>0003930-24.2022.4.01.8008</u> (Pagamento)						
5	<u>0007416-85.2020.4.01.8008</u> (Execução)	Serviços de conservação e limpeza	R\$ 293.200,71	Pregão Eletrônico	062/2020 (id. 11768702/SJMG)	MONTES CLAROS	id.0052611
6	<u>0006088-52.2022.4.01.8008</u> (Pagamento)						
7	<u>0022810-98.2021.4.01.8008</u> (Pagamento)						
8	<u>0029790-32.2019.4.01.8008</u> (Execução)	Serviços de limpeza e conservação	R\$ 68.692,76	Pregão Eletrônico	30/2020 (id. 10372674/SJMG)	DIVINÓPOLIS	id.0052777
9	<u>0005420-81.2022.4.01.8008</u> (Pagamento)						
10	<u>0009762-48.2016.4.01.8008</u> (Execução)	Serviços de limpeza e conservação	R\$ 24.732,43	Pregão Eletrônico	054/2016 (id. 2698485/SJMG)	LAVRAS	id.0055022
11	<u>0000049-39.2022.4.01.8008</u> (Pagamento)						
12	<u>0019131-61.2019.4.01.8008</u> (Execução)	Serviços de conservação e limpeza	R\$ 59.217,73	Pregão Eletrônico	4/2020 (id. 9623618/SJMG)	POÇOS DE CALDAS	id.0055038
13	<u>0004968-71.2022.4.01.8008</u> (Pagamento)						
14	<u>0011679-63.2020.4.01.8008</u> (Execução)	Conservação, limpeza, copeiragem e serviço administrativo.	R\$ 62.226,47	Pregão Eletrônico	059/2020 (id. 11646491/SJMG)	VIÇOSA	id.0055043
15	<u>0029398-24.2021.4.01.8008</u> (Pagamento)						

16	0016595- 82.2016.4.01.8008 (Execução)	Conservação, limpeza, copeiragem e serviço administrativo	R\$ 38.345,37	Pregão Eletrônico	027/2017 (id. 3608554/SJMG)	S.J.DEL REI	id.0055073
17	0032704- 98.2021.4.01.8008 (Pagamento)						
Total de Valores Analisados		R\$ 672.413,7					

2.2 MOTIVOS QUE INVIABILIZARAM A EXECUÇÃO DE AUDITORIAS PREVISTAS

2.2.1 Auditoria de Conformidade sobre Planejamento Estratégico

Não foi possível a realização desta auditoria no exercício de 2022, tendo em vista a iminente instalação do TRF6 e todas as atividades que deveriam ser desenvolvidas pela área da Gestão Estratégica, inclusive a necessidade de implementação dos serviços até então realizados pelo TRF1. Além disso, o plano de trabalho da auditoria previa a finalização da auditoria para o dia 05 de agosto/22, data que coincidiria com o período crítico de implantação do novo tribunal. Por essas razões, foi solicitado pela área de Gestão Estratégica (id. [15683596/SJMG](#)), e autorizado pela Diretoria do Foro (id. [15683767/SJMG](#)), que a auditoria fosse adiada para depois do início das atividades do TRF6.

2.3 CONSULTORIAS REALIZADAS

2.3.1 Atividade considerada consultoria na modalidade orientação. Consulta realizada pelo NUCAF à SEAUP acerca de dúvida em relação ao pagamento de diárias a dependente que foi convocado para realização de perícia médica. Respondida por meio da Informação SEAUP (id. 15323357).

2.3.2 Atividade considerada consultoria na modalidade orientação. Consulta realizada pelo NucGP/SJMG (id. 15342421) acerca da possibilidade de se aplicar a regra de exclusão de salários de contribuição expressa no § 6º do Art. 26 da Emenda Constitucional 103/2019 aos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.

2.3.3 Atividade considerada consultoria na modalidade facilitação. Participação de dois auditores do NUAUG no grupo de trabalho (id. [0108507](#)), formado por iniciativa da SELIT, no papel de consultores, para a elaboração da minuta da Portaria (id. [0108497](#)), que visava estabelecer normas e diretrizes para a realização de pesquisa de preços de mercado com a finalidade de subsidiar as contratações do TRF6, a partir da participação em curso de Pesquisa de Preços, ministrado pela Professora Milleanne Baia Silva, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDJ), nos dias 30 e 31/05/2022, documentos inseridos no PAe. [0016102-95.2022.4.01.8008](#).

2.4 MONITORAMENTOS REALIZADOS

2.4.1 Monitoramento da Auditoria de Conformidade na folha de pagamento de pessoal da Seção Judiciária de Minas Gerais para verificação de pagamentos e descontos determinados por decisões judiciais (PAE SEI [0006364-54.2020.4.01.8008](#))

Monitoramento das implementações das recomendações constantes do Relatório Final da Auditoria de Conformidade na folha de pagamento de pessoal da Seção Judiciária de Minas Gerais para verificação de pagamentos e descontos determinados por decisões judiciais.

Trabalho concluído.

Quadro 7 - Relação de documentos elaborados durante a realização do Monitoramento da Auditoria de Conformidade na folha de pagamento de pessoal da Seção Judiciária de Minas Gerais para verificação de pagamentos e descontos determinados por decisões judiciais

Documento	Tipo	Situação
15092488/SJMG	Programa de Trabalho de Auditoria	Concluído
16047892/SJMG	Comunicado de Auditoria	Concluído
16091496/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada

16267394/SJMG	Relatório de Monitoramento	Concluído
16358385/SJMG	Encaminhamento	Concluído

2.4.2 Monitoramento da Auditoria de Conformidade para avaliação dos procedimentos relativos à requisição e à cessão de servidores na Seção Judiciária de Minas Gerais (PAe SEI 0015482-54.2020.4.01.8008)

Monitoramento das implementações das recomendações constantes do Relatório Final de Auditoria de Conformidade para avaliação dos procedimentos relativos à requisição e à cessão de servidores na Seção Judiciária de Minas Gerais.

Trabalho concluído.

Quadro 8 - Relação de documentos elaborados durante a realização do Monitoramento da Auditoria de Conformidade para a avaliação dos procedimentos relativos à requisição e à cessão de servidores na Seção Judiciária de Minas Gerais e do TRF6

Documento	Tipo	Situação
0065696	Programa de Trabalho de Auditoria	Concluído
0065705	Comunicado de Auditoria	Concluído
0070810	Encaminhamento	Concluído
0102855	Relatório de Monitoramento de Auditoria	Concluído
0138130	Encaminhamento	Concluído
0147501	Encaminhamento	Concluído
0147561	Relatório de Monitoramento de Auditoria	Concluído
0148634	Encaminhamento	Concluído

2.4.3 Monitoramento da Auditoria Conjunta de Governança em Gestão de Pessoas Baseada em Riscos (PAe SEI 0015724-81.2018.4.01.8008)

Ação de monitoramento das recomendações constantes do Relatório Final Consolidado de Auditoria Conjunta de Governança em Gestão de Pessoas Baseada em Riscos, elaborado pela Secretaria de Auditoria Interna do Conselho da Justiça Federal - SAI/CJF e aprovado pelo Plenário do Conselho, conforme constam do Ofício N.0172499/CJF e do Acórdão N.0169378 (id. [11816167/SJMG](#)), para que possa ser encaminhada à Secretaria de Auditoria Interna do CJF.

Trabalho concluído.

Quadro 9 - Relação de documentos elaborados durante a realização do Monitoramento da Auditoria Conjunta de Governança em Gestão de Pessoas Baseada em Riscos

Documento	Tipo	Situação
0123688	Informação	Concluída
0113811	Solicitação de Auditoria	Regularizada
0102855	Relatório de Monitoramento de Auditoria	Concluído

2.4.4 Monitoramento da Auditoria do CJF sobre Obras da SJMG (PAe's 0027700-75.2019.4.01.8000, 0014988-

97.2017.4.01.8008, 0005889-64.2021.4.01.8008 e 0037164-31.2021.4.01.8008)

Monitoramento da Auditoria realizada pelo Conselho da Justiça Federal - CJF na contratação da obra de construção do anexo da sede da Subseção Judiciária de Uberlândia.

A execução das recomendações dadas pelo CJF está em andamento pelas unidades e sendo acompanhadas/monitoradas pelo NUAUG.

2.5 MOTIVOS QUE INVIABILIZARAM A EXECUÇÃO DE MONITORAMENTOS PREVISTOS

Não foi possível a realização do Monitoramento da Auditoria Sobre Obras e Serviços de Engenharia. Tendo em vista o acúmulo de serviços decorrentes das obras necessárias para adaptação dos imóveis da SJMG para implantação do TRF6, cujos acompanhamentos seriam de responsabilidade da SEPOB/NUMES, a equipe de auditoria optou pela realização do Monitoramento da Auditoria Sobre Obras e Serviços de Engenharia no ano de 2023.

2.6 PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Como resultado dos trabalhos realizados, observou-se que as unidades auditadas se empenharam no atendimento às recomendações expedidas nos Relatórios de Auditoria, fato que contribuiu para o refinamento dos processos de trabalho no âmbito de suas competências, produzindo resultados capazes de mitigar as causas das irregularidades e evitando a reincidência de erros. Ao final, observou-se que, no que diz respeito ao universo auditado, não foram constatadas ocorrências relevantes que comprometessem a avaliação pela regularidade dos atos relacionados à gestão da SJMG de forma geral.

Diversos foram os benefícios obtidos com a realização dos trabalhos de auditoria no exercício de 2022, entre os quais é oportuno destacar a contribuição para o aprimoramento da governança corporativa, o aperfeiçoamento dos controles internos administrativos, a melhoria da gestão de pessoas, o aperfeiçoamento da gestão de custos, o aumento da transparência da gestão e a correção e prevenção do processamento de pagamentos indevidos.

Por fim, conclui-se que a auditoria interna, com o apoio da Presidência do TRF6, da DIREF-SJMG, e a contribuição da DIGER-TRF6, da SECAD-SJMG, das Secretarias e das Subseções Judiciárias, na sua interação com os mecanismos de controles internos e de gestão de riscos e com a política de conformidade do TRF6 e da SJMG, vem atuando para adicionar valor à organização e colaborar com a otimização dos resultados e o alcance de um melhor desempenho organizacional.

2.7. OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.7.1 Mapeamento de competências dos auditores internos (PAe SEI 0003650-39.2022.4.06.8000)

Mapeamento de competências dos servidores da SECAU, que teve como objetivo geral estabelecer um programa de desenvolvimento de pessoal da unidade em busca do aprimoramento contínuo dos trabalhos de auditoria prestados pela SECAU e, como objetivos específicos, a identificação da lacuna entre as competências necessárias e as competências internas existentes para concretizar a estratégia da unidade de auditoria e a orientação dos futuros planos anuais de capacitação.

Trabalho concluído.

2.7.2 Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN T 2021 (PAe SEI 0008625-21.2022.4.01.8008)

Relatório sobre a execução do Plano Anual de Auditoria Interna do exercício de 2021 e os resultados alcançados, e sobre a capacidade dos Controles Internos da UPC de identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como de minimizar riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos da UPC, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Resolução CNJ 308/2020 e do art. 104 da Resolução CJF 677/2020.

Trabalho concluído.

2.7.3 Monitoramento da Auditoria Conjunta de Governança em Gestão de Pessoas Baseada em Riscos, coordenada pela Secretaria de Auditoria Interna do Conselho da Justiça Federal - SAI/CJF (PAe's SEI 0002351-27.2022.4.06.8000; 0015724-81.2018.4.01.8008)

Nesta ação conjunta, o Núcleo de Auditoria de Gestão de Pessoas- NUAGP, por meio de um representante, designado conforme Ofício TRF6 - PRESI 89 (0092478), atuou como interlocutor junto à equipe de auditoria do CJF, auxiliando nos trabalhos de levantamento, avaliação e consolidação das informações atualizadas, prestadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas - SECGP do TRF da 6ª Região, a respeito do atendimento às recomendações constantes do Relatório Final Consolidado de Auditoria Conjunta de Governança em Gestão de Pessoas Baseada em Riscos (id. [11816167/SJMG](#)).

O Relatório Final de Monitoramento da Auditoria (id. 0318436) contendo as providências nele recomendadas foi encaminhado ao TRF6 por meio do Ofício-Circular N. 0456175/CJF (id. 0318433).

Trabalho concluído.

2.7.4 Concessão de Aposentadoria

Análise dos processos de concessão de aposentadorias pela média aritmética simples, abrangendo a verificação da exatidão da documentação comprobatória, a avaliação acerca da regularidade dos atos de concessão, a exatidão dos dados registrados na planilha de cálculo e, sobretudo, se os procedimentos adotados para o cálculo da média guardam conformidade com a legislação vigente.

Abaixo, o quadro 10 apresenta a relação dos processos de aposentadorias analisados pela equipe de auditoria, contendo os respectivos números, os tipos de documentos elaborados (solicitações, informações e análises) e a situação.

Quadro 10 - Concessões de Aposentadoria

Assunto	Processo	Documento	Tipo	Situação
Concessão de Aposentadoria	<u>0014589-92.2022.4.01.8008</u>	15950944/SJMG	Planilha de cálculo	Concluída
		15951892/SJMG	Informação	Concluída
		16112022/SJMG	Planilha de cálculo	Concluída
		16112033/SJMG	Análise	Concluída
Concessão de Aposentadoria	<u>0038454-81.2021.4.01.8008</u>	15424002/SJMG	Informação	Concluída
		15674138/SJMG	Encaminhamento	Concluído
		15692511/SJMG	Encaminhamento	Concluído
		15695091/SJMG	Planilha de cálculo	Concluída
		15695223/SJMG	Informação	Concluída
		15866101/SJMG	Encaminhamento	Concluído
		15874748/SJMG	Planilha de cálculo	Concluída
		15874755/SJMG	Análise	Concluída
Concessão de Aposentadoria	<u>0001187-24.2022.4.06.8001</u>	0141288	E-mail	Concluído
		0141290	Informação	Concluída
Concessão de Aposentadoria	<u>0000187-86.2022.4.06.8001</u>	0141305	Informação	Concluída
Concessão de Aposentadoria	<u>0038454-81.2021.4.01.8008</u>	0090213	Conclusão	Concluída

2.7.5 Concessão de Pensão

Verificação da exatidão e da suficiência dos dados registrados nos formulários do e-Pessoal, preenchidos pela área de Gestão de Pessoas, emissão de pareceres conclusivos sobre a legalidade dos atos e envio para a apreciação do TCU.

A seguir, os quadros 11 e 12 apresentam a relação dos processos de pensões civis analisados pela equipe de auditoria, contendo os respectivos números, os documentos elaborados (solicitações, informações e encaminhamentos realizados) e a situação.

Quadro 11 - Concessões de Pensão

Assunto	Processo	Documento	Tipo	Situação
Concessão de Pensão	0007155-28.2017.4.01.8008	15865369/SJMG	Conclusão	Concluído
Concessão de Pensão	0002313-34.2019.4.01.8008	14810867/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada
		14931205/SJMG	Formulário e-Pessoal	Concluído
		14984852/SJMG	Análise	Concluída
Concessão de Pensão	0016289-40.2021.4.01.8008	14801938/SJMG	Formulário e-Pessoal	Concluído

		14801977/SJMG	Encaminhamento	Concluído
		15865055/SJMG	Conclusão	Concluído
Concessão de Pensão	0011671-18.2022.4.01.8008	15884175/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada
		16012227/SJMG	Formulário e-Pessoal	Concluído
		16012261/SJMG	Encaminhamento	Concluído
		0117875	Conclusão	Concluído
Concessão de Pensão	0020735-23.2020.4.01.8008	0002375	Solicitação de Auditoria	Regularizada
		0043985	Formulário e-Pessoal	Concluído
		0043989	Informação	Concluída
Concessão de Pensão	0022456-73.2021.4.01.8008	0117855	Conclusão	Concluído
Concessão de Pensão	0012839-60.2019.4.01.8008	0128233	Formulário e-Pessoal	Concluído
		0128235	Conclusão	Concluído

Quadro 12 - Recadastramento de pensão

Assunto	Processo	Documento	Tipo	Situação
Concessão de Pensão	0000765-71.2014.4.01.8000	14942346/SJMG	Formulário e-Pessoal	Concluído
Concessão de Pensão	0000765-71.2014.4.01.8000	14942371/SJMG	Análise	Concluída
Concessão de Pensão	0000645-67.2015.4.01.8008	14942456/SJMG	Formulário e-Pessoal	Concluído
Concessão de Pensão	0000645-67.2015.4.01.8008	14942475/SJMG	Análise	Concluída
Concessão de Pensão	0004324-75.2015.4.01.8008	14930097/SJMG	Formulário e-Pessoal	Concluído
Concessão de Pensão	0004324-75.2015.4.01.8008	14930106/SJMG	Análise	Concluída
Concessão de Pensão	0008038-43.2015.4.01.8008	14912733/SJMG	Formulário e-Pessoal	Concluído
Concessão de Pensão	0008038-43.2015.4.01.8008	14917026/SJMG	Análise	Concluída
Concessão de Pensão	0029209-51.2018.4.01.8008	15068116/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada
Concessão de Pensão	0029209-51.2018.4.01.8008	15100124/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada
Concessão de Pensão	0029209-51.2018.4.01.8008	15116214/SJMG	Formulário e-Pessoal	Concluído
Concessão de Pensão	0029209-51.2018.4.01.8008	15116223/SJMG	Análise	Concluída
Concessão de Pensão	0016507-39.2019.4.01.8008	14933428/SJMG	Solicitação	Regularizada
Concessão de Pensão	0016507-39.2019.4.01.8008	15073440/SJMG	Formulário e-Pessoal	Concluído
Concessão de Pensão	0016507-39.2019.4.01.8008	15073456/SJMG	Análise	Concluída

Concessão de Pensão	0020152-72.2019.4.01.8008	14862158/SJMG	Solicitação	Regularizada
Concessão de Pensão	0020152-72.2019.4.01.8008	14920705/SJMG	Formulário e-Pessoal	Concluído
Concessão de Pensão	0020152-72.2019.4.01.8008	14920719/SJMG	Análise	Concluída
Concessão de Pensão	0020285-17.2019.4.01.8008	15248459/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada
Concessão de Pensão	0020285-17.2019.4.01.8008	15685809/SJMG	Formulário e-Pessoal	Concluído
Concessão de Pensão	0020285-17.2019.4.01.8008	15685861/SJMG	Análise	Concluída

2.7.6 Análise dos indícios de irregularidade originados da crítica automática do sistema e-Pessoal do TCU

Avaliação das justificativas e da documentação comprobatória apresentada pelos gestores da SJMG e do TRF6 concernentes aos indícios de irregularidades registrados pelo TCU no sistema e-Pessoal, bem como verificação do respectivo processo criado no SEI, inserindo, ao final da análise, informação conclusiva acerca da regularidade dos procedimentos adotados pela área responsável de Gestão de Pessoas.

O quadro 13 apresenta a relação dos processos de indícios de irregularidades do TCU analisados pela equipe de auditoria, contendo os respectivos números, os documentos elaborados (solicitações, análises e informações realizadas) e a situação.

Quadro 13 - Indícios de irregularidades TCU

Assunto	Processo	Documento	Tipo	Situação
Indícios de irregularidades do TCU	0010070-16.2018.4.01.8008	14794703/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0044184-73.2021.4.01.8008	14824957/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0049329-13.2021.4.01.8008	14808683/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0049349-04.2021.4.01.8008	14803540/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050183-07.2021.4.01.8008	14929949/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050183-07.2021.4.01.8008	14841211/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050185-74.2021.4.01.8008	14834754/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050189-14.2021.4.01.8008	14794595/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050190-96.2021.4.01.8008	14833729/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050190-96.2021.4.01.8008	14912498/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050191-81.2021.4.01.8008	14816491/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050195-21.2021.4.01.8008	14835051/SJMG	Análise	Concluída

Indícios de irregularidades do TCU	0050195-21.2021.4.01.8008	14860532/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0010070-16.2018.4.01.8008	15032186/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0010070-16.2018.4.01.8008	15054289/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0045854-49.2021.4.01.8008	14940409/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050185-74.2021.4.01.8008	15073568/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050187-44.2021.4.01.8008	14942119/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050191-81.2021.4.01.8008	14940699/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0050194-36.2021.4.01.8008	15054071/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada
Indícios de irregularidades do TCU	0050194-36.2021.4.01.8008	15119559/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0004665-57.2022.4.01.8008	15064273/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0010070-16.2018.4.01.8008	15243866/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0014502-73.2021.4.01.8008	15159081/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0024059-84.2021.4.01.8008	15233151/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0024084-97.2021.4.01.8008	15253084/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0037145-25.2021.4.01.8008	15191676/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0003931-09.2022.4.01.8008	15296780/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0007252-52.2022.4.01.8008	15442892/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0010070-16.2018.4.01.8008	15650080/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0004665-57.2022.4.01.8008	15728130/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0011861-78.2022.4.01.8008	15703923/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0011862-63.2022.4.01.8008	15727828/SJMG	Análise	Concluída

Indícios de irregularidades do TCU	0011863-48.2022.4.01.8008	15651431/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0011864-33.2022.4.01.8008	15728452/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0010070-16.2018.4.01.8008	15860938/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0015148-49.2022.4.01.8008	15934811/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0015149-34.2022.4.01.8008	15935241/SJMG	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	<u>0019409-57.2022.4.01.8008</u>	<u>0010314</u>	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	<u>0037137-48.2021.4.01.8008</u>	<u>0007864</u>	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	<u>0037142-70.2021.4.01.8008</u>	<u>0007889</u>	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	<u>0012541-34.2020.4.01.8008</u>	<u>0002702</u>	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	<u>0011703-91.2020.4.01.8008</u>	<u>0002782</u>	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	<u>0013019-42.2020.4.01.8008</u>	<u>0002775</u>	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	<u>0000376-67.2022.4.06.8000</u>	<u>0056196</u>	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	<u>0000365-38.2022.4.06.8000</u>	<u>0070735</u>	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	<u>0001763-20.2022.4.06.8000</u>	<u>0081104</u>	Análise	Concluída
Indícios de irregularidades do TCU	0028720-82.2016.4.01.8008	16207600	Conclusão	Concluída

2.7.7 Análise das transações subjacentes às demonstrações contábeis da Auditoria Financeira Integrada com Conformidade dos exercícios de 2020, 2021 e 2022

A análise das transações subjacentes teve como objetivo verificar a conformidade dos procedimentos relativos às parcelas remuneratórias e indenizatórias constantes da folha de pagamento dos assuntos pré-selecionados para análise, contemplando a verificação da consistência dos registros efetuados nos processos de prestação de contas da folha de pagamento, a regularidade dos pagamentos efetuados, a análise da conformidade documental e a avaliação da exatidão e da confiabilidade dos registros constantes dos sistemas informatizados.

Abaixo, o quadro 14 apresenta a relação dos processos de avaliações das transações subjacentes às demonstrações contábeis analisados pela equipe de auditoria, contendo os respectivos números, os tipos de documentos elaborados (solicitações, informações e análises) e a situação.

Quadro 14 - Relação de Solicitações, Análises e Informações relativas à avaliação das transações subjacentes às demonstrações contábeis da Auditoria Financeira Integrada com Conformidade dos exercícios de 2020, 2021 e 2022

Assunto	Processo	Documento	Tipo	Situação
---------	----------	-----------	------	----------

GAJU	0009493- 33.2021.4.01.8008	14811342	Análise	Concluída
GAJU	0009531- 45.2021.4.01.8008	14852003	Análise	Concluída
Reembolso ao órgão de origem de servidor requisitado	0048618- 08.2021.4.01.8008	14895809/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada
Auxílio-Moradia	0004170- 13.2022.4.01.8008	14980482/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada
Portal da Transparência	0004228- 16.2022.4.01.8008	14983508/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada
Reembolso de remuneração e encargo órgão cedente de servidor requisitado	0004230- 83.2022.4.01.8008	14983554/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada
Quintos	0046332- 57.2021.4.01.8008	15167995/SJMG	Solicitação de Auditoria	Regularizada
Reembolso de remuneração e encargo órgão cedente de servidor requisitado	0004230- 83.2022.4.01.8008	0086830	Análise	Concluída
Auxílio-Moradia	0004170- 13.2022.4.01.8008	0084135	Análise	Concluída
Reembolso ao órgão de origem de servidor requisitado	0048618- 08.2021.4.01.8008	0089811	Análise	Concluída
Portal da Transparência	0004228- 16.2022.4.01.8008	0085653	Análise	Concluída
Incorporação de quintos e parcelas compensatórias	0001497- 33.2022.4.06.8000	0073148	Solicitação de Auditoria	Regularizada
		0068293	Termo de Autuação	Concluído

2.7.8 Acompanhamento e avaliação dos procedimentos relativos ao cálculo do Benefício Especial a magistrados e servidores

Avaliação da regularidade dos procedimentos adotados pela área de Gestão de Pessoas para a apuração do cálculo do Benefício Especial, contemplando: a verificação da conformidade documental; a realização da correlação das informações apresentadas nas RRC's expedidas pela unidade auditada com os registros constantes das fichas financeiras dos servidores e magistrados c/c os registros constantes do Sistema de Recursos Humanos - SARH; a identificação dos valores das remunerações mensais até o respectivo mês da migração para o regime de previdência complementar; e a elaboração de uma planilha com os valores atualizados pelo índice do IPCA/IBGE, em consonância com os procedimentos de cálculo do benefício especial constantes do art. 3º, §§ 2º ao 8º da Lei 12.618/2012 c/c arts. 7º ao 11 da Resolução 490/2018 do CJF.

Abaixo, o quadro 15 apresenta a relação dos processos de benefícios especiais analisados pela equipe de auditoria, contendo os respectivos números, os tipos de documentos elaborados (solicitações, informações e análises) e a situação.

Quadro 15 - Benefício Especial

Assunto	Processo	Documento	Tipo	Situação
---------	----------	-----------	------	----------

Benefício Especial	0017240-39.2018.4.01.8008	15017195/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	0008903-61.2018.4.01.8008	15281886/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	0017481-13.2018.4.01.8008	15287248/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	0015770-94.2018.4.01.8000	15245372/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	<u>0017517-55.2018.4.01.8008</u>	15342542/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	0006618-61.2019.4.01.8008	15293911/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	0007448-27.2019.4.01.8008	15285732/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	0007560-93.2019.4.01.8008	15298004/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	0007632-80.2019.4.01.8008	15322610/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	<u>0007633-65.2019.4.01.8008</u>	15242710/SJMG	Informação	Pendente
Benefício Especial	<u>0007637-05.2019.4.01.8008</u>	15213730/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	<u>0007637-05.2019.4.01.8008</u>	15243030/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	0017481-13.2018.4.01.8008	15441497/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	0006703-47.2019.4.01.8008	15518907/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	<u>0007573-92.2019.4.01.8008</u>	15511531/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	0007448-27.2019.4.01.8008	15684159/SJMG	Informação	Concluída
Benefício Especial	<u>0015843-42.2018.4.01.8008</u>	0013757	Informação	Concluída
Benefício Especial	<u>0007735-87.2019.4.01.8008</u>	0013831	Informação	Concluída
Benefício Especial	<u>0017473-36.2018.4.01.8008</u>	0013412	Informação	Concluída
Benefício Especial	<u>0006721-68.2019.4.01.8008</u>	0049096	Informação	Concluída
Benefício Especial	<u>0006293-86.2019.4.01.8008</u>	0043219	Informação	Concluída

Benefício Especial	<u>0007789-53.2019.4.01.8008</u>	0043796	Informação	Concluída
Benefício Especial	<u>0010914-29.2019.4.01.8008</u>	0134942	Informação	Concluída
Benefício Especial	<u>0010914-29.2019.4.01.8008</u>	0040299	Solicitação	Regularizada

2.7.9 Atendimento a acórdãos/diligências do TCU relacionadas a atos de admissão, aposentadoria e pensão de magistrados e servidores do Tribunal e das seções judiciárias vinculadas.

Elaborar minutas de informações, memorandos e ofícios, bem como acompanhar, controlar e conferir a documentação e informações prestadas pelas áreas de gestão de pessoas em face de diligências do TCU.

Quadro 16 - Acórdãos/Diligências do TCU

Processo	Documento	Tipo	Situação
<u>0016581-88.2022.4.01.8008</u>	16229304/SJMG	Informação	Concluída
<u>0031581-55.2022.4.01.8000</u>	0096078	Informação	Concluída
<u>0003168-91.2022.4.06.8000</u>	0136882	Memorando	Concluído
<u>0002774-84.2022.4.06.8000</u>	0134414	Ofício	Concluído
<u>0002777-39.2022.4.06.8000</u>	0134329	Ofício	Concluído
<u>0003092-67.2022.4.06.8000</u>	0136040	Ofício	Concluído
<u>0003177-53.2022.4.06.8000</u>	0130983	Ofício	Concluído
<u>0003214-80.2022.4.06.8000</u>	0137068	Ofício	Concluído
<u>0002102-76.2022.4.06.8000</u>	0111805	Ofício	Concluído
<u>0003168-91.2022.4.06.8000</u>	0131133	Ofício	Concluído
<u>0003182-75.2022.4.06.8000</u>	0132138	Ofício	Concluído

2.7.10 Acompanhamento da conformidade sobre os Portais de Transparência da SJMG

Avaliação da adequação das informações disponibilizadas no portal da transparência da Seção Judiciária de Minas Gerais à legislação e às boas práticas, nos termos do [Acórdão 1832/2018-TCU-Plenário](#) e Circular TRF1-Secau id. 6951587/TRF1.

Convém ressaltar que a Seção Judiciária de Minas Gerais - SJMG, até a data de instalação do TRF6, integrava o TRF1. A efetiva instalação da Justiça Federal da 6ª Região ocorreu em 19/08/2022, por meio da [Portaria CJF nº 386, de 11 julho de 2022](#), que dispôs sobre a data de instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos termos do art. 1º, § 1º, da [Resolução CJF nº 742/2021](#). Desta forma, até o mês de agosto de 2022, as publicações determinadas pela IN TCU 84/2020 foram efetuadas no Portal da UPC-TRF 1ª Região em seção específica na página inicial sob o título "Transparência e prestação de contas", na forma, conteúdo e prazos estabelecidos no capítulo III da IN 84, Artigo 8º, § 1º, incluindo os dados da SJMG, que figurava como unidade da estrutura organizacional do TRF1, e foram certificadas até o mês de julho do exercício de 2022, consoante Certidões Diref no Processo SEI 0050957-71.2020.4.01.8008 - SJMG, que tratam da conformidade da Estrutura Organizacional, dos Principais Cargos e Seus Ocupantes, dos Endereços e Telefones, do Horário de atendimento ao público, das Licitações e Contratos e Notas de empenho e do Rol de Responsáveis.

A Unidade da Estrutura Organizacional - SJMG - distribuía suas informações em links, guias e páginas diversas e divididas por assunto, que foram aproveitadas e redirecionadas por links no Portal do TRF1, tornando públicos os dados referentes à Seção Judiciária de Minas Gerais, mostrando conformidade diante da nova exigência legal, sem restrições de acesso ao novo Portal na SJMG.

Nos 2 últimos trimestres do ano de 2022, a conferência do Portal da Transparência ficou prejudicada porque todas as Secretarias, Núcleos e Seções passavam por estruturação decorrente da inauguração do TRF6. Em 15/12/2022, foi atuado o PAe. 0004125-92.2022.4.06.8000 para as tratativas referentes ao Portal da Transparência do TRF6.

2.7.11 Acompanhamento do Rol de Responsáveis 2022

Verificação da autenticidade dos registros no Rol de Responsáveis do SIAFI, no exercício de 2022, bem como o acompanhamento de sua publicação no Portal de Transparência da SJMG.

Trabalho concluído.

No **quadro 17** abaixo foram elencadas as naturezas de responsabilidades do SIAFI por meio das quais os controles dos titulares e substitutos responsáveis por atos de gestão, que possam afetar o alcance de objetivos ou causar impacto na legalidade, economicidade, eficiência ou eficácia da gestão da UPC, são realizados pelo TRF6 e pela SJMG.

Quadro 17 - Relação de Responsabilidades controladas por meio do SIAFI na SJMG e no TRF6

CÓD. DA NATUREZA DE RESP.	TÍTULO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO - (TRANSCRIÇÃO DO SIAFI, TRANSAÇÃO >CONNATRESP	UG 090013 SJMG	UG 090059 TRF6	UG 090058 ORÇ.	UG 090060 PREC/ RPV	UG 090061 EMAGIS
001	Dirigente Máximo da Unidade Prestadora de Contas-UPC	Responsável (Dirigente Máximo) das Unidades Prestadoras de Contas-UPC.	Refere-se aos responsáveis (Dirigente Máximo) das Unidades Prestadoras de Contas-UPC, incluindo, conforme o caso, Ministro de Estado ou Autoridade equivalente conforme definido no inciso I do art. 7º e no inciso I do parágrafo §1º do mesmo artigo.	Sim	Sim	Não	Não	Não
100	Ordenador de Despesas	Responsável por atos de gestão que resultem em emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio ou pela qual esta responda.	Toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem na emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio ou pela qual esta responda (art. 80, Decreto-Lei 200/67, manual SIAFI 010400).	Sim	Sim	Não	Sim	Não

103	Ordenador de Despesa por Delegação de Competência	Responsável, por delegação, por atos que resultem na execução orçamentária e financeira.	São os agentes responsáveis, por delegação, por atos que resultem na execução orçamentária e financeira (atribuições do Ordenador de Despesa (natresp 100). A delegação deve ser efetivada por ato normativo. O ato de delegação deve indicar com precisão a autoridade delegante/delegada e as atribuições objeto de delegação (Decreto-Lei 200/67 e Decreto 83.937/79 e 88.354/83. 11, §1º).	Sim	Não	Não	Não	Não
110	Responsável por Conformidade de Registro de Gestão	Responsável por verificar a conformidade dos registros dos atos e fatos da execução orçamentária financeira e patrimonial incluídos no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Verifica a existência de documentos fidedignos e hábeis que comprovem as operações.	Agente responsável por verificar a conformidade dos registros dos atos e fatos da execução orçamentária financeira e patrimonial incluídos no SIAFI. Verifica a existência de documentos fidedignos e hábeis que comprovem as operações (IN 6/STN, DE 31/10/2007).	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
131	Responsável pelo planejamento	Responsável pela definição estratégica de ações a serem realizadas pelos órgãos e entidades, e da disponibilização dos meios necessários à obtenção dos resultados pretendidos.	Agente responsável pela definição estratégica de ações a serem realizadas pelos órgãos e entidades, e da disponibilização dos meios necessários à obtenção dos resultados pretendidos. Atribuição por meio de ato próprio gestor, por meio do regimento interno, portaria ou instrumentos correlatos.	Não	Não	Sim	Não	Sim

132	Dirigente Máximo da UAC-Unidade Prestadora de Contas	Dirigente Máximo da Unidade Apresentadora de Contas- UAC, responsável por organizar e apresentar ao TCU a prestação de contas de uma ou mais UPC.	Agente Máximo da Unidade Apresentadora de Contas- UAC, responsável por organizar e apresentar ao TCU a prestação de contas de uma ou mais UPC conforme IN 84/2020, art. 5º, § 1º.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
137	Responsável pelos Atos de Gestão Orçamentaria	Responsável por coordenar, supervisionar e executar atos de gestão orçamentária, necessários ao alcance de resultados da unidade. Atribuição definida em regimento interno, portaria, ou documento correlato.	Responsável por coordenar, supervisionar e executar atos de gestão orçamentária, necessários ao alcance de resultados da unidade. Atribuição definida em regimento interno, portaria, ou documento correlato.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
138	Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	Responsável por coordenar, supervisionar e executar atos de gestão financeira necessários para a atividade da unidade.	Responsável por coordenar, supervisionar e executar atos de gestão financeira necessários para a atividade da unidade.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
160	Responsável pela Biblioteca	Responsável pela guarda, manutenção, controle e registro do acervo bibliotecário da unidade.	Agente responsável pela guarda, manutenção, controle e registro do acervo bibliotecário da unidade. Essa natureza busca responsabilizar os agentes que tem sob sua responsabilidade grandes acervos bibliográficos.	Sim	Sim	Não	Não	Não
207	Responsável pela Conformidade Contábil	Responsável pela certificação dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que se materializam nas demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI.	Responsável pela certificação dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que se materializam nas demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI. Essa conformidade deverá ser efetuada por contador ou técnico em contabilidade registrado no Conselho Federal de Contabilidade.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

301	Responsável pelo Almojarifado-Bens de Estoque	Responsável pelo controle, guarda, conservação e movimentação dos bens estocados para posterior distribuição e consumo.	É o agente da administração pública responsável pelo controle, guarda, conservação e movimentação dos bens estocados para posterior distribuição e consumo.	Sim	Sim	Não	Não	Não
303	Gestor de Licitações	Responsável pela atividade de licitações, respondendo pela constituição e gerenciamento dos processos licitatórios elaborados no âmbito do órgão/entidade.	E o agente da administração encarregado da atividade de licitações, respondendo pela constituição e gerenciamento dos processos licitatórios elaborados no âmbito do órgão/entidade.	Sim	Sim	Não	Não	Não
306	Responsável pela Gestão do Patrimônio-Bens Moveis	Responsável pela aquisição, registro, guarda e conservação de bens móveis permanentes da unidade administrativa do órgão ou entidade.	E o responsável pela aquisição, registro, guarda e conservação de bens móveis permanentes da unidade administrativa do órgão ou entidade.	Sim	Sim	Não	Não	Não
388	Gestor de Precatórios	É o agente público responsável pela gestão de precatórios (cadastro no SIAFI, recebimento, análise, acompanhamento e liquidação de precatórios).	É o agente público responsável pela gestão de precatórios (cadastro no SIAFI, recebimento, análise, acompanhamento e liquidação de precatórios).	Não	Não	Não	Sim	Não
394	Responsável pela Gestão do Patrimônio-Bens Imóveis	Responsável pela gestão patrimonial-bens imóveis, incluindo registro SIAFI, receber, cadastrar, alterar, avaliar e reavaliar os bens imóveis.	E o agente da administração pública responsável pela gestão patrimonial-bens imóveis, incluindo registro SIAFI, receber, cadastrar, alterar, avaliar e reavaliar os bens imóveis. Para imóveis funcionais ver a natureza (325).	Sim	Sim	Não	Não	Não

401	Responsável por Mercadorias e Bens Apreendidos	Responsável pela gestão e guarda de bens e mercadorias apreendidas (guarda, conservação e controle).	E o agente público responsável pela gestão e guarda de bens e mercadorias apreendidas (guarda, conservação e controle). Essa natureza foi transformada em 1/07/2020 - sei 00190.104703-cgu-natureza múltipla. Designar e publicar ato normativo dos responsáveis.	Sim	Sim	Não	Não	Não
-----	--	--	--	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: SIAFI-Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Dos exames efetuados resultaram as informações [15472018/SJMG](#) e [16348044/SJMG](#), expedidas ao setor competente para verificar as inconsistências apontadas, as quais foram devidamente regularizadas e/ou justificadas.

2.7.12 Programa de Qualidade de Auditoria da Justiça Federal - PQA-JF, publicado por meio da Portaria CJF 153/2021 (PAe SEI SEI 0013743-12.2021.4.01.8008)

Aplicação de questionários para avaliar a qualidade dos trabalhos de auditoria realizados pela SECAU/TRF6 (até 18/08/2022, a unidade era denominada NUAUD e fazia parte da SJMG do TRF1) com o propósito de produzir informações gerenciais e promover a melhoria contínua das atividades de Auditoria Interna.

Com o advento do TRF6, a SECAU vem realizando estudos com o objetivo de reestruturar o programa no âmbito deste Tribunal.

Quadro 18 - Relação de processos autuados para registrar as pesquisas do PQA com o respectivo tema de auditoria

PROCESSOS DO PQA	AUDITORIA
0006166-46.2022.4.01.8008	Auditoria de conformidade para a avaliação dos procedimentos de concessão e de pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso a servidores e magistrados na Seção Judiciária de Minas Gerais - SJMG
0015949-62.2022.4.01.8008 0014320-53.2022.4.01.8008	Auditoria contínua de procedimentos licitatórios e da execução de contratos terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, licitados ou em vigor no ano de 2021, no âmbito da SJMG
0014036-45.2022.4.01.8008	Auditoria de Conformidade nas obras e serviços de engenharia licitados pela SJMG no ano de 2020

2.7.13 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD

Dando continuidade aos trabalhos previstos no Plano de Providências (id. 14366000), inserido no PAe. 0024054-62.2021.4.01.8008, contendo as medidas de controle para elevar a segurança e a privacidade no tratamento dos dados pessoais e assegurar que as atividades de auditoria previstas nos planos anuais sejam realizadas em conformidade com requisitos trazidos pela LGPD, nas auditorias contínuas de procedimentos licitatórios e da execução de contratos de terceirização com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, licitados ou/em vigor no ano de 2021 (PAe. 0037402-50.2022.4.01.8008) e 2022 (PAe.0012394-37.2022.4.01.8008), no âmbito da SJMG, realizadas pelo NUAUG, foram verificados: a obrigatoriedade de inclusão de cláusulas contratuais específicas e, o cumprimento dos tratamentos de dados, conforme previsto na Lei 13.709/2018 - Lei de Proteção de Dados - LGPD, de acordo com o item 10 do Plano de Providência (id, 14366000):

"10- Cada contrato com um fornecedor deve incluir uma cláusula contratual especificando a conformidade com os requisitos da LGPD."

2.7.14 Planejamento das Ações de 2023

Elaboração do Plano Anual de Auditoria de 2023. Trabalho concluído, conforme PAe SEI [0003406-13.2022.4.06.8000](#), documento (id. [0138213](#)).

Plano de Auditoria de Longo Prazo - PALP 2022-2025. Trabalho concluído, conforme PAe SEI [0042709-82.2021.4.01.8008](#), documento (id. [14330075/SJMG](#)).

2.7.15 Acompanhamento das inovações normativas e legais, das decisões, acórdãos e orientações provenientes da Diref da SJMG, do TRF1, da Presidência do TRF6, do TCU, do CNJ, do CJF e do Poder Legislativo

Atividade de acompanhamento das normas aplicáveis nos trabalhos da auditoria.

Trabalho concluído.

3. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS PELOS AUDITORES INTERNOS

O quadro 19 a seguir apresenta a relação das ações de capacitação, dos cursos/temas, da carga horária e do quantitativo de auditores capacitados. Convém registrar que cada auditor cumpriu, no mínimo, 40 (quarenta) horas de capacitação, incluindo o titular da unidade de Auditoria Interna, assegurando, dessa forma, o atendimento à determinação prevista no art. 120 da Resolução nº 677 do CJF, de 23 de novembro de 2021.

Quadro 19 - Ações de Capacitação dos servidores da SECAU realizadas em 2022

Matrícula: MG 1010992/TR 292 - Nome: Alexandre Márcio Dutra Rotheia	
CURSOS	C.H.
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	40
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS: REGIME PRÓPRIO E REGIME DE PREVIDÊNCIA	30
PONTOS FORTES PARTE 1: DESCUBRA OS SEUS E APRENDA A GERENCIÁ-LOS	4
PONTOS FORTES PARTE 2: HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	4
ESTRESSE PARTE 1: BUSCANDO QUALIDADE DE VIDA	5
ESTRESSE PARTE 2: EQUILIBRE SEU ESTILO DE VIDA	8
CONSULTORIA EM AUDITORIA	20
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: PRÁTICAS PARA O COTIDIANO	6
SÍNDROME DO IMPOSTOR: RECONHEÇA SEU SUCESSO E RESULTADOS	5
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL PARTE 2: MELHORE SEU POTENCIAL	6
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD): NOÇÕES E INICIATIVAS DE ADEQUAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8
CURSO DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO	16
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI AVANÇADO - MÓDULO II	9
TOTAL EM HORAS	161
Matrícula: MG 170603/TR 118 - Nome: Antônio Fernando Alves da Gama Moraes	
CURSOS	C.H.
PALESTRA: INTERNET SEGURA PARA TODAS AS IDADES	1
PALESTRA: CIBERSEGURANÇA E O FRAMEWORK DO MITRE ATT&CK	1
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI AVANÇADO - MÓDULO II	9
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	40
TOTAL EM HORAS	51
Matrícula: MG 220403/TR 216 - Nome: Cristiano Amaro	
CURSOS	C.H.
AUDITORIA NAS CONTAS ANUAIS - FINANCEIRA INTEGRADA COM CONFORMIDADE	100
CONSULTORIA EM AUDITORIA	20
TOTAL EM HORAS	120

Matrícula: MG 1010892/TR 263 - Nome: Daniel Silva de Oliveira

CURSOS	C.H.
AUDITORIA OPERACIONAL	60
NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SEUS IMPACTOS	7
COMO FISCALIZAR COM EFICIÊNCIA CONTRATOS PÚBLICOS	20
NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	30
WEBINÁRIO NOVA LEI DE LICITAÇÕES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A AUDITORIA INTERNA	2
NOVA LEI DE LICITAÇÕES: SELEÇÃO DO FORNECEDOR E PROCEDIMENTOS AUXILIARES	12
INTRODUÇÃO À CULTURA DA INOVAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO	8
PESQUISA DE PREÇOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	6
NOVA LEI DE LICITAÇÕES: EXECUÇÃO CONTRATUAL	12
PESQUISA DE PREÇOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	9
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD): NOÇÕES E INICIATIVAS DE ADEQUAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8
1º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA JUSTIÇA FEDERAL	16
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI BÁSICO - MÓDULO I	4
NOVA LEI DE LICITAÇÕES: TÓPICOS ESPECIAIS	6
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI AVANÇADO - MÓDULO II	9
PALESTRA O LADO POSITIVO DAS MUDANÇAS	1,5
PALESTRA: CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS PÚBLICAS - 1/2022	2
TOTAL EM HORAS	212,5

Matrícula: MG 1011455/TR 367 - Nome: Karla Pereira de Lima

CURSOS	C.H.
NIVELAMENTO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO	24
CONSULTORIA EM AUDITORIA	20
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI BÁSICO - MÓDULO I	4
GESTÃO DE RISCOS	16
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	40
TOTAL EM HORAS	104

Matrícula: MG 1011397/TR 381 - Nome: Luiz Guilherme Piva

CURSOS	C.H.
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA, PRIVACIDADE E GESTÃO DOCUMENTAL	2
ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	40
TOTAL EM HORAS	42

Matrícula: MG 1010188/TR 222 - Nome: Maria Tereza Barcelos Martins

CURSOS	C.H.
---------------	-------------

OFICINA DE TRABALHO HÍBRIDO COM MICROSOFT 365 - TRANSFORMANDO A LINHA DE FRENTE	1,5
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI AVANÇADO - MÓDULO II	9
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	40
GESTÃO DA ESTRATÉGIA COM BSC - FUNDAMENTOS	20
ERA DIGITAL, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA	20
PALESTRA: CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS PÚBLICAS - 1/2022	2
TOTAL EM HORAS	92,5

Matrícula: MG 150303/TR 60 - Nome: Marília do Sagrado Coração Aarão Rocha

CURSOS	C.H.
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	40
WEBINÁRIO ÉTICA NO AMBIENTE DE TRABALHO DO PODER JUDICIÁRIO NO CONTEXTO DA RES. 351/2020-CNJ	2
CURSO DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO	16
OFICINA DE TRABALHO HÍBRIDO COM MICROSOFT 365 - TRANSFORMANDO A LINHA DE FRENTE	1,5
OFICINA DE TRABALHO HÍBRIDO COM MICROSOFT 365 - DIGITALIZANDO E INOVANDO PROCESSOS DE NEGÓCIOS DA LINHA DE FRENTE	1,5
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO	15
TOTAL EM HORAS	76

Matrícula: MG 1011658/TR 371 - Nome: Natália Areta de Almeida

CURSOS	C.H.
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO	15
SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	28
CURSO DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO	16
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS: REGIME PRÓPRIO E REGIME DE PREVIDÊNCIA	30
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI AVANÇADO - MÓDULO II	9
APOSENTADORIA E PENSÃO DE SERVIDORES: ATUALIZAÇÕES CONFORME EMENDA 103/2019	25
PALESTRA: PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - MIGRAÇÃO DE REGIME E BENEFÍCIO ESPECIAL	3
LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40
TOTAL EM HORAS	166

Matrícula: MG 82103/TR 143 - Nome: Paulo César de Paula Orício

CURSOS	C.H.
CONSULTORIA EM AUDITORIA	20
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD): NOÇÕES E INICIATIVAS DE ADEQUAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8
CURSO CONTABILIZAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS PRECATÓRIOS DA JUSTIÇA FEDERAL	32
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI AVANÇADO - MÓDULO II	9
TOTAL EM HORAS	69

Matrícula: MG 188803/TR 101 - Nome: Simone Fialho Teixeira Abreu

CURSOS	C.H.
GESTÃO DE RISCOS	16
CURSO DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO	16
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI AVANÇADO - MÓDULO II	9
TOTAL EM HORAS	41

Matrícula: MG 122103/TR 428 - Nome: Sheila Melissa Avila Teixeira

CURSOS	C.H.
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD): NOÇÕES E INICIATIVAS DE ADEQUAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI BÁSICO - MÓDULO I	4
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI AVANÇADO - MÓDULO II	9
AUDITORIA BASEADA EM RISCO - ETAPA I	25
AUDITORIA BASEADA EM RISCO - ETAPA II	25
NOVA LEI DE LICITAÇÕES: TÓPICOS ESPECIAIS	6
PALESTRA: CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS PÚBLICAS - 1/2022	2
TOTAL EM HORAS	79

Matrícula: MG 79503/TR 141 - Nome: Sônia Maria dos Santos Lopes

CURSOS	C.H.
WEBINÁRIO NOVA LEI DE LICITAÇÕES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A AUDITORIA INTERNA	2
PALESTRA ONLINE "VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO COTIDIANO DAS INSTITUIÇÕES: INVISIBILIDADE E DESDOBRAMENTOS NA SAÚDE MENTAL"	2
NOVA LEI DE LICITAÇÕES: SELEÇÃO DO FORNECEDOR E PROCEDIMENTOS AUXILIARES	12
PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES/CONTRATAÇÕES DE ACORDO COM A NLLC	27
PESQUISA DE PREÇOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	6
CONSULTORIA EM AUDITORIA	20
NOVA LEI DE LICITAÇÕES: EXECUÇÃO CONTRATUAL	12
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD): NOÇÕES E INICIATIVAS DE ADEQUAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8
1º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA JUSTIÇA FEDERAL	16
OFICINA DE TRABALHO HÍBRIDO COM MICROSOFT 365 - REUNIÕES COLABORATIVAS - O QUE SÃO E QUANDO USAR	1,5
OFICINA DE TRABALHO HÍBRIDO COM MICROSOFT 365 - TRANSFORMANDO A LINHA DE FRENTE	1,5
OFICINA DE TRABALHO HÍBRIDO COM MICROSOFT 365 - DIGITALIZANDO E INOVANDO PROCESSOS DE NEGÓCIOS DA LINHA DE FRENTE	1,5
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS: CÁLCULOS E ANÁLISE DE DOCUMENTOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS PARA PREVENIR A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO	24
PALESTRA: COMO PROTEGER CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNDO VIRTUAL	1
PALESTRA: INTERNET SEGURA PARA TODAS AS IDADES	1
PALESTRA: CIBERSEGURANÇA E O FRAMEWORK DO MITRE ATT&CK	1
TREINAMENTO EM SERVIÇO - SEI BÁSICO - MÓDULO I	4
NOVA LEI DE LICITAÇÕES: TÓPICOS ESPECIAIS	6

A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS: REGIME PRÓPRIO E REGIME DE PREVIDÊNCIA	30
PALESTRA: PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - MIGRAÇÃO DE REGIME E BENEFÍCIO ESPECIAL	3
PALESTRA: CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS PÚBLICAS - 1/2022	2
NOVA LEI DE LICITAÇÕES: GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES	15
TOTAL EM HORAS	196,5

4. DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DURANTE A ATIVIDADE DE AUDITORIA

Para a realização das auditorias, dos monitoramentos e dos acompanhamentos propostos no Plano Anual de Auditoria Interna - PAA de 2022 (PAe SEI [0003406-13.2022.4.06.8000](#)), a Secretaria de Auditoria Interna - SECAU manteve a sua independência em relação aos atos de gestão do TRF6 e da SJMG, de acordo com os princípios éticos previstos nas normas. Não houve óbices, por parte das Administrações, à atuação da SECAU para a apuração de evidências suficientes e apropriadas que fundamentaram os achados, as opiniões e as recomendações da Auditoria.

5. AVALIAÇÃO QUANTO A OCORRÊNCIA OU NÃO DE RESTRIÇÃO AO ACESSO COMPLETO E LIVRE A TODO E QUALQUER DOCUMENTO, REGISTRO OU INFORMAÇÃO

A Auditoria teve acesso a todas as informações necessárias para a realização de suas atividades, tais como registros, documentações e outros assuntos.

Obteve, ainda, acesso irrestrito a todos os servidores do órgão que a equipe de auditoria entendeu como necessários para obter evidências de auditoria.

Como parte do processo de trabalho da Auditoria de Contas de 2022, a Administração forneceu representação formal (id. 0235652) para demonstrar o cumprimento de determinadas responsabilidades e para suportar outras evidências de auditoria relevantes no nível das demonstrações e no nível das afirmações nelas explícitas ou implícitas.

A Administração disponibilizou de forma tempestiva minuta das demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, assim como das respectivas notas explicativas antes da sua divulgação, a tempo de permitir à equipe concluir a auditoria de acordo com o cronograma proposto.

A Auditoria teve acesso a todas as informações necessárias para a realização de suas atividades, tais como registros, documentações e outros assuntos.

Obteve, ainda, acesso irrestrito a todos os servidores do órgão que a equipe de auditoria entendeu como necessários para obter evidências de auditoria.

Como parte do processo de trabalho da Auditoria de Contas de 2022, a Administração forneceu representação formal (id. 0235652) para demonstrar o cumprimento de determinadas responsabilidades e para suportar outras evidências de auditoria relevantes no nível das demonstrações e no nível das afirmações nelas explícitas ou implícitas.

A Administração disponibilizou de forma tempestiva minuta das demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, assim como das respectivas notas explicativas antes da sua divulgação, a tempo de permitir à equipe concluir a auditoria de acordo com o cronograma proposto.

6. PRINCIPAIS RISCOS E FRAGILIDADES DE CONTROLE DO ÓRGÃO, INCLUINDO RISCOS DE FRAUDE

Entre os principais riscos e fragilidades de controle do órgão, destacam-se:

- Processo de gestão de risco em implementação no TRF6 e na SJMG;
- Déficit no quadro de servidores em diversos setores do TRF6 e da SJMG e das Subseções Judiciárias. Perda de servidores em razão de aposentadoria;
- Alta rotatividade de servidores nas seções/núcleos/subsecretarias e secretarias.;
- Complexidade da legislação aplicada ([Masp- 9ª edição](#) - Parte II) aos procedimentos contábeis patrimoniais (intangíveis/amortização e imobilizado/depreciação); e
- Necessidade de mais servidores com formação acadêmica na área contábil, visto que essa competência técnica mostra-se necessária para o desempenho da auditoria de contas, em consonância com a [Instrução Normativa TCU 84/2020](#), de 22 de abril de 2020.

7. AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Como parte do processo de trabalho da Auditoria de Contas de 2022, a Administração forneceu representação formal (id. [0235652](#)) para demonstrar o cumprimento de determinadas responsabilidades e para suportar outras evidências de auditoria relevantes no nível das demonstrações e no nível das afirmações nelas explícitas ou implícitas.

Durante a realização dos trabalhos de auditoria foram avaliadas algumas questões sob a perspectiva da governança corporativa, tais como: gestão da conformidade (garantir a aderência a leis, normas, políticas internas e ao

código de conduta da organização), qualidade dos controles internos administrativos, avaliação de riscos e prevenção de fraudes.

A partir das respostas das unidades avaliadas às recomendações expedidas, percebeu-se que a Administração vem paulatinamente reforçando seus processos de governança por meio da definição de ações estratégicas com vistas ao alcance dos objetivos e metas relevantes e da identificação de oportunidades de melhoria das estruturas de controles internos, de gerenciamento de riscos, de redução de custos, de Gestão de Pessoas, de *accountability* e de prevenção e detecção de fraudes.

8. CONCLUSÕES E EXPECTATIVAS

Como resultado dos trabalhos realizados, observou-se que as unidades auditadas se empenharam no atendimento às recomendações expedidas, havendo pouquíssimos casos pontuais de atrasos na entrega das respostas aos apontamentos efetuados. Enfatiza-se ainda que as principais constatações foram objeto de recomendações que tiveram o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho das áreas auditadas, provocando resultados capazes de mitigar as causas das irregularidades e de evitar a reincidência de erros. Ao final, observou-se que, no que diz respeito ao universo auditado, não foram constatadas ocorrências relevantes que comprometessem a avaliação pela regularidade dos atos relacionados à Gestão de forma geral.

Conforme já mencionado, vários foram os benefícios obtidos com a realização dos trabalhos no exercício de 2022, entre os quais é oportuno destacar a contribuição para o aprimoramento da governança corporativa, o aperfeiçoamento dos controles internos administrativos, a melhoria da gestão de pessoas, o aperfeiçoamento da gestão de custos e o aumento da transparência da gestão, adicionando, assim, valor à organização e contribuindo para a otimização dos resultados e alcance de um melhor desempenho organizacional.

Em termos objetivos, destacam-se os seguintes potenciais benefícios:

- aperfeiçoamento dos controles com vistas a manter atualizado, no Sistema de Administração de Recursos Humanos - SARH, o perfil/situação dos servidores aposentados e pensionistas, de modo que indiquem se os seus proventos/pensões devidos são de caráter provisórios ou definitivos de acordo com a situação dos respectivos atos de aposentadoria e pensões, ou seja, se esses atos estão ou não pendentes de aprovação pelo TCU;
- aperfeiçoamento da gestão das despesas com pessoal, de modo que as parcelas compensatórias dos quintos sejam registradas e pagas em conformidade com a legislação aplicável e as determinações do TCU, do Judiciário e dos Órgãos Superiores;
- aperfeiçoamento da gestão patrimonial com a elaboração de normativo disciplinando o controle e o gerenciamento de bens intangíveis e as providências necessárias para a implantação do sistema de gestão patrimonial; e
- aperfeiçoamento dos controles relacionados ao monitoramento dos bens intangíveis e bens imóveis.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2023

Cristiano Amaro

Diretor do NUAGP

Sônia Maria dos Santos Lopes

Diretora NUAUG

Luiz Guilherme Piva

Diretor da SECAU



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Amaro, Diretor(a) de Núcleo**, em 16/06/2023, às 16:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria dos Santos Lopes, Diretor(a) de Núcleo**, em 16/06/2023, às 16:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Guilherme Piva, Diretor(a) de Secretaria**, em 16/06/2023, às 16:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0351885** e o código CRC **5E5BEC14**.